

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL PÓS PLANOS ECONÔMICOS, DE 1976 A 1995, IMPACTO (IN)VISÍVEL

Jacqueline Cavalcante Barros

INTRODUÇÃO

O progresso econômico de um país pode ser observado através da mensuração do seu Produto Interno Bruto anual (PIB). Todavia, o desenvolvimento do mesmo resultará do crescimento do PIB a taxas mais que proporcionais ao aumento populacional (ROSETTI, 1974), ou seja, o aumento do esforço produtivo da população não repercutirá em bem estar geral para a sociedade caso o crescimento populacional seja superior ao do PIB.

Ao longo da década de 60 e início dos anos 70, durante o período conhecido como Milagre Econômico, o Brasil passou por um rápido crescimento da economia. A taxa média anual alcançou 12% a.a. entre 1968 e 1973, em oposição aos 7% a.a. dos anos anteriores (SILVA, 1979), porém, segundo consenso de estudiosos que constatam a piora na distribuição de renda (FONSECA, 1981), este aumento não foi repassado homogeneamente entre as classes de rendimento.

O primeiro choque do petróleo, em 1973, ocasionou a restrição das importações pelos países industrializados, elevação da inflação e o declínio do ritmo de crescimento do PIB, com conseqüências na pirâmide distributiva. O agravamento na concentração de renda tornou-se um problema de grande enfoque a partir de 1970, pois atri-

bui-se ao Estado a função de promover a redistribuição de renda e, conseqüentemente, o bem-estar social: desta forma o presente trabalho tem por finalidade estimar a tendência, no Brasil, da desigualdade na distribuição de renda, após a aplicação dos Planos Econômicos (1976 a 1995).

Porém, mais que encontrar um índice que quantifique o nível de disparidade entre a distribuição individual de renda, pretende-se avaliar o impacto das medidas governamentais na repartição da renda nas classes de rendimento mensal.

METODOLOGIA

Para a comprovação do desequilíbrio repartitivo, utilizou-se como instrumento o coeficiente de Gini, medida esta bastante utilizada devido a facilidade de interpretação, pois o índice varia de 0 (perfeita igualdade de distribuição) a 1 (desigualdade máxima). Este índice é fornecido pelo IBGE, porém o seu cálculo considera apenas a população ocupada, ou seja, estão inclusas somente as pessoas que possuem rendimento, desta maneira optamos em calcular o coeficiente de Gini, considerando as pessoas desempregadas (população desocupada), pois será esta uma análise mais próxima da realidade brasileira, já que estas pessoas também fazem parte da organização social.

Devido a inexistência de dados a respeito da renda média mensal das classes de rendimento entre 1976 a 1984, à exceção de 1978, 1979 e 1981, foi estimada a média do salário de cada faixa de renda, em função do salário mínimo vigente na época e os limites inferior e superior da respectiva classe, e, posteriormente, deflacionou-se todos os dados monetários da série em estudo (base = 93), para corrigir as influências do crescimento inflacionário.

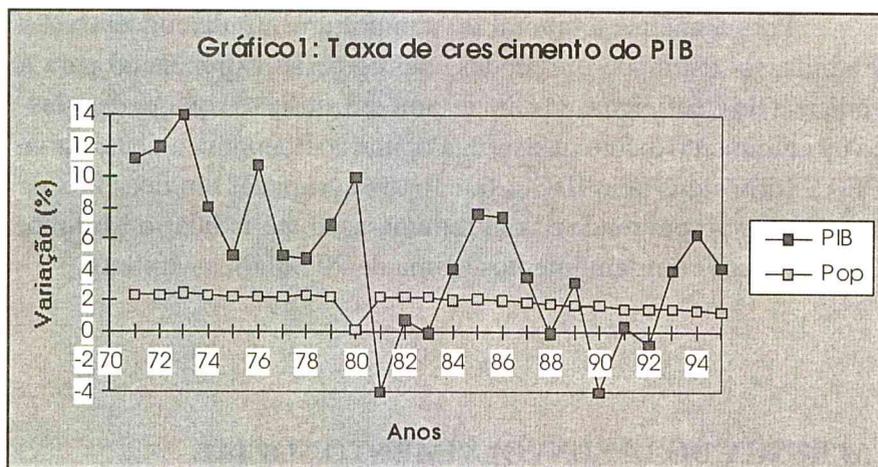
Para a análise temporal do comportamento da concentração de renda, foi estimado um modelo de regressão exponencial para a tendência do Coeficiente de Gini e, também, utilizado quatro das classes de rendimento médio mensal da População Economicamente Ativa (PEA), fornecidos pelo IBGE, que foram agrupadas em duas faixas: (1) indivíduos sem renda e com remuneração até 1 Salário Mínimo, (2) indivíduos com rendimentos acima de 20 Salários Mínimo.

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Devido a instabilidade econômica mundial vivida na década de 70 e a fragilidade da economia brasileira, o Governo sentiu necessidade de adaptar o modelo econômico vigente. Por esse motivo, a partir de 1976 surgiram uma série de medidas, pacotes e planos objetivando manter o país com uma taxa de crescimento do PIB positiva, reduzir a inflação, melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento econômico-social.

Como já foi mencionado, a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB, iniciada em 1973, e o segundo choque do petróleo em 1979, associados a uma política interna de contenção dos salários, endividamento externo e o surgimento de uma inflação de três dígitos, repercutiu em uma queda de 4% na produção interna em 1981. Neste ano e nos dois posteriores, a taxa de incremento do PIB foi inferior a taxa de aumento populacional (Pop), que manteve uma estabilidade média de 2,1% ao ano de 1970 a 86¹ (Gráfico 1).

¹ A taxa de crescimento de 0,1 % a.a. em 1980 deve-se ao ajuste feito no censo demográfico realizado a cada dez anos.



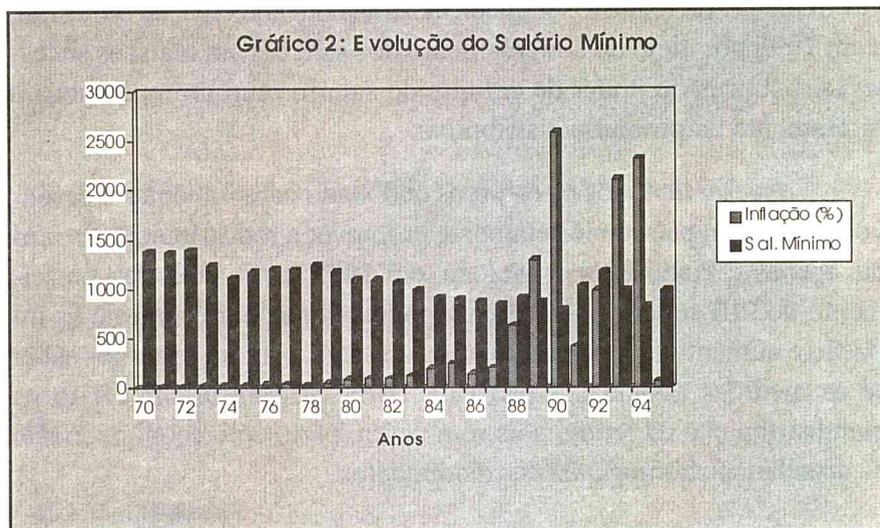
Fonte: Boletim do Banco Central e Economia Brasileira e suas Perspectivas

O aumento da demanda externa e do consumo interno, ocasionado pela recuperação dos países industrializados, provocou uma pequena recuperação dos níveis de crescimento do PIB em 84 e 85, respectivamente e, apesar do impulso dado pelos Planos Cruzados I e II (86) e Bresser (87), a produção interna retornou ao declínio.

Essa instabilidade na produção do país foi acompanhada por um aquecimento da taxa inflacionária, quando, em 1981, em consequência da crise do petróleo e dos altos juros da dívida externa, teve início uma evolução ascendente e acelerada da inflação que saltou de 100,5% a.a., para 1.304% a.a. em 1989, em decorrência do rápido aumento da demanda interna observada pós-Plano Cruzado (Gráfico 2).

A elevada inflação e o desprestígio do Plano Verão, em 1989, ocasionou o consumo antecipado para formação de estoques, o que refletiu em uma alta na taxa de crescimento do PIB. Entretanto, as expectativas e incertezas dos planos adotados pelo governo, Planos Collor I e II (90 e 91), e a compressão da demanda agregada influenciaram na queda dos níveis de crescimento da produção interna de 1990 a 1992, em contrapartida, a população continuou crescendo com uma taxa média de 1,6% a.a.

A hiperinflação, que em 1990 chegou a 2.579% a.a., foi reduzida a patamares aceitáveis no ano seguinte, em função dos planos do governo Collor citados, que promoveram o seqüestro de ativos financeiros e a desindexação da economia, porém a espiral inflacionária retornou a sua marcha acelerada logo depois.



Fonte: IBGE e Economia Brasileira e suas Perspectivas

Nota: O número índice do Salário Mínimo (1993=100) foi multiplicado por 10 para facilitar a interpretação gráfica.

No final de 1992, a facilidade de crédito e um pequeno aumento no poder de compra dos salários foram os responsáveis pelo crescimento do PIB até meados de 1995, pois em continuidade ao Plano Real (1993), ocorreu a redução dos créditos para restringir a demanda agregada. A criação da URV e a institucionalização da moeda Real (1994) causaram a queda abrupta da inflação em 1995, que alcançou níveis iguais aos do início da década de 80.

A combinação entre quebra do progresso econômico e inflação elevada resultou na queda do poder aquisitivo do salário mínimo (SM), apesar das várias tentativas de recuperação salarial aplicadas a

partir de 1976, tais como: correção semestral e bimestral, gatilho salarial, congelamento de preços e de salários e livre negociação.

No final dos anos 70, o poder de compra dos salários manteve-se estável por causa da política que permitia o reajuste acima da taxa de inflação, em 1991 e 1992 houve recuperação pouco expressiva em função do reajuste ser quadrimestral, com antecipação bimestral, e em 1995 por meio do congelamento dos salários em reais; as sucessivas reduções do poder de compra do salário mínimo repercutiram diretamente na pirâmide distributiva.

Apesar de todos os esforços do Estado para fomentar o desenvolvimento do país, e indiretamente promover a redistribuição de renda, apenas o Plano Real conseguiu, em 1995, obter uma taxa crescimento do PIB superior ao aumento populacional, com controle da inflação e aumento do poder aquisitivo do salário; agora resta-nos saber se as medidas adotadas a partir de 1976 surtiram algum efeito na equidistribuição da renda, pois sem desenvolvimento econômico não há distribuição homogênea dos rendimentos.

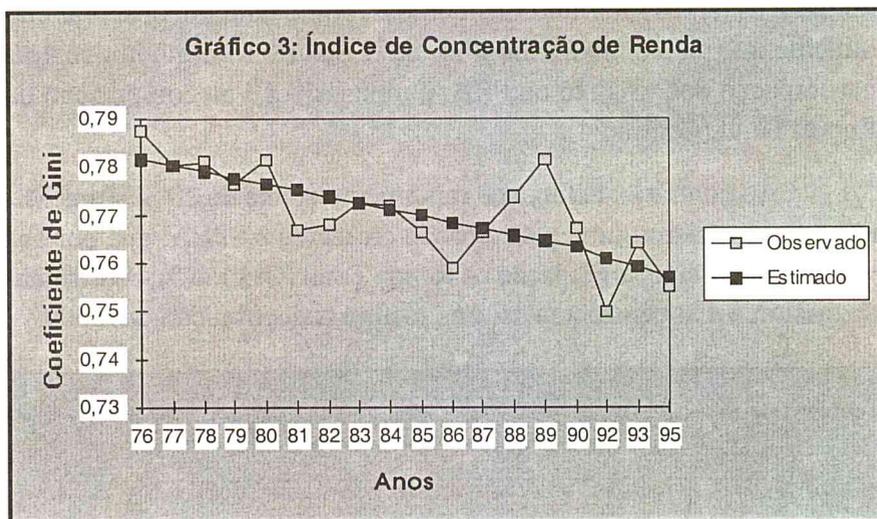
Ao contrário do fenômeno ocorrido em 1960, em que estudiosos verificaram um rápido aumento na concentração de renda, a série em estudo não mostrou uma piora no desequilíbrio repartitivo (Tabela 1). A partir de 1976, os valores do índice de Gini indicaram que 70% da PEA abarganharam menos de 15% do rendimento total e, também, apresentaram uma inclinação negativa, sugerindo uma pequena atenuação na desigualdade da redistribuição de renda.

Essa tendência a atenuação da concentração de renda pode ser estimada por uma equação de regressão exponencial $Y=9,7926 \times 10^{10} \times X^{-3,3673}$, em que $X = \text{Ano}$

Tabela 1: Índice de Concentração de Renda

A no	G i n i
76	0.7874
77	0.7801
78	0.7807
79	0.7765
80	0.7812
81	0.7668
82	0.7679
83	0.7725
84	0.7719
85	0.7664
86	0.7589
87	0.7663
88	0.7737
89	0.7811
90	0.7672
92	0.7496
93	0.7642
95	0.7550

e Y = Coeficiente de Gini observado, com forte correlação negativa. Mas, na verdade, o processo inflacionário, em vigor até 1994, gerou uma movimentação dos indivíduos, para as classes de maior rendimento, devido o declínio do poder de compra do SM, portanto a tendência à redução da desigualdade de renda é consequência da necessidade de cada indivíduo da PEA, em receber rendimentos maiores para satisfazer o seu consumo básico, e não uma melhor distribuição de renda (Gráfico 3).



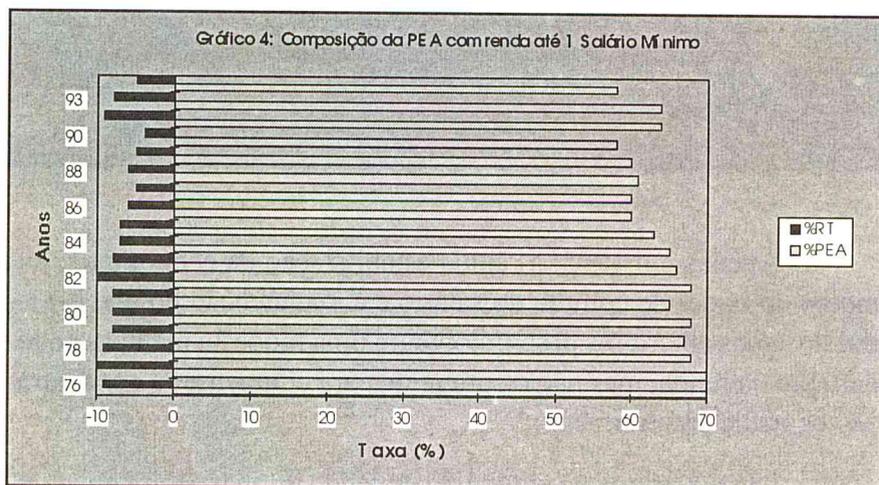
Apenas em 1995, a rápida estabilização da economia, o aumento do poder de compra do salário e a manutenção do nível salarial dos anos anteriores proporcionaram uma modesta melhora na repartição da renda, mas não o suficiente para compensar a concentração ocorrida anteriormente.

Uma distribuição equitativa de renda implicaria em um comportamento inversamente proporcional entre as participações na PEA e Renda Total (RT) das classes de maior e menor rendimento, ou seja, para as classes de menor rendimento (renda de até 1 SM) ocorreria uma participação decrescente dos indivíduos na PEA e uma par-

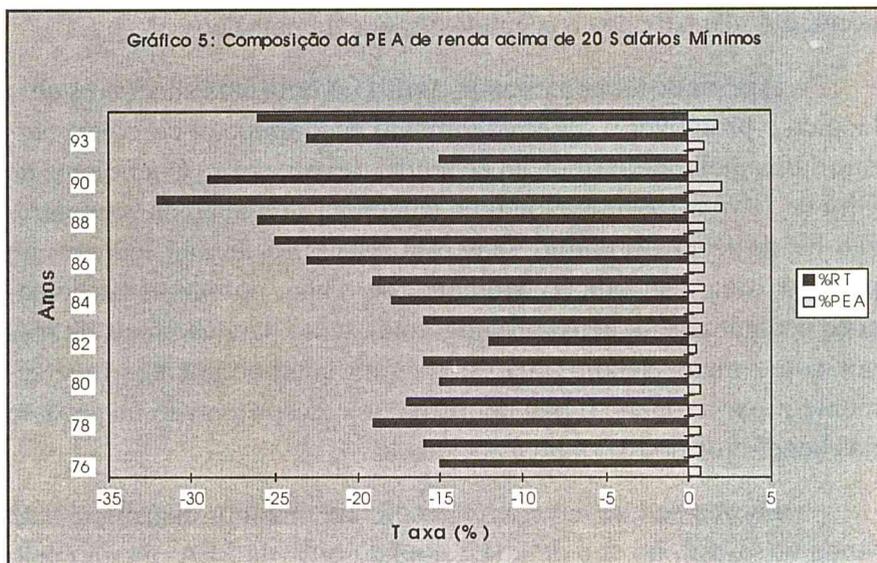
ticipação igual ou crescente na Renda Total, e para a faixa salarial de maior rendimento (renda acima de 20 SM) haveria uma participação crescente dos indivíduos na PEA e uma participação igual ou decrescente na Renda Total.

Através de uma análise mais específica na composição das classes de rendimentos de até 1 SM e acima de 20 SM, podemos avaliar o desequilíbrio na repartição de renda constatado pela desproporção entre o número percentual de indivíduos e suas respectivas rendas e as faixas salariais consideradas, como também observar claramente que para a faixa salarial de até 1 Salário Mínimo houve uma participação decrescente na PEA² e uma redução na composição da Renda Total (Gráfico 4).

Ao contrário da faixa de rendimento acima de 20 Salários Mínimos que mostrou uma participação crescente na PEA, que por sua vez ampliou a sua participação na Renda Total (Gráfico 5), confirmando, assim, a não ocorrência de uma melhor redistribuição da renda.



² Segundo o IBGE, a PEA é composta por pessoas de dez anos e mais que, nos últimos doze meses à data do Censo, estivessem empregados ou à procura de trabalho.



Comparando-se os Gráficos 4 e 5, verificamos visualmente, o tamanho da desproporção da quantidade percentual de indivíduos entre as classes que possuem renda até 1 Salário Mínimo, e os de rendimento acima de 20 Salários Mínimos, bem como a participação de cada uma dessas faixas na composição da Renda Total. Em média, 64% da força de trabalho da PEA teve uma participação de menos de 10% da rendimento total, enquanto que, em média, 1% desta mesma população abarganhou 20% do rendimento total.

CONCLUSÃO

As oscilações nas taxas de crescimento do PIB refletiram as instabilidades na produção de bens, de serviços, nos fatores de produção, nas oportunidades de emprego e no controle da inflação, fatores estes que são conseqüências das dificuldades no crescimento eco-

nômico do Brasil após o segundo choque do petróleo.

Apesar de todas as tentativas do Governo para superar os obstáculos e promover o desenvolvimento econômico, e com isso permitir uma melhor distribuição de renda, a evolução do Coeficiente de Gini de 1976 a 1995 revelou uma tendência a redução da concentração no decorrer do tempo, mas esta sensibilidade não indicou, no período, uma distribuição eqüitativa de renda, porque as participações percentuais na PEA e Renda Total, tanto para as faixas de menor como maior salários, não obtiveram comportamentos inversamente proporcionais, o que confirma uma desproporção no repasse dos benefícios do PIB para a sociedade.

Estima-se que haverá realmente uma melhor distribuição de renda no Brasil, no ano de 2042, quando 60% da PEA obterão pelo menos 15% da Renda Total, portanto, independente do regime militar ou democrático, com planos ortodoxos ou heterodoxos, com medidas protecionistas, liberalizantes, neoliberais ou seqüestro de ativo financeiro, nenhuma política de estabilização conseguiu quebrar o desequilíbrio da repartição de renda no país, todas fracassaram no cumprimento dos objetivos fundamentais da Constituição brasileira, em seu Artigo 3º, que objetiva a construção de uma sociedade justa e solidária, promoção do bem estar geral, redução das desigualdades sociais e regionais e, como consequência, redução dos conflitos econômico-sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A ECONOMIA Brasileira e suas Perspectivas. *APEC*, Rio de Janeiro, ano XXXIV, 1995.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro : IBGE, vol. 30-55, 1970-1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório 1985-1996*. Brasília, v. 21-32.
- BATISTA, P. N. A distribuição de Renda depois do Plano Real. *Folha de São Paulo*, 6 mar. 1997.
- BOLETIM [DO] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 32, n. 01-06, jan. 1996.
- BOLETIM [DO] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 33, n. 01, jan. 1997.
- CALDAS, R. R. P. *A distribuição de renda no Brasil com ênfase no período pós Plano Cruzado*. Campo Grande, 1996. Monografia de Conclusão de Curso - Universidade Católica Dom Bosco.
- FONSECA, M. G. Radiografia da Distribuição Pessoal de Renda no Brasil: uma Desagregação dos Índices de Gini. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 01, p. 07-19, mar. 1981.
- IGLESIAS, F. *Trajetória Política do Brasil: 1500 a 1964*. São Paulo : Companhia da Letras, 1993.
- MENDONÇA, C. R. Um estudo do salário mínimo no Brasil. Campo Grande, 1996. Monografia de Conclusão de Curso - Universidade Católica Dom Bosco.
- MONTORO, A. F. Redistribuição de Renda: análise Comparada da Política Salarial e Política Tributária. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 09, n. 03, p. 61-75, 1979.

- PNAD-SÍNTESE DOS INDICADORES 1993 e 1995. Rio de Janeiro : IBGE, 1996.
- PNAD - 1978 e 1979. Rio de Janeiro : IBGE, v. 03-04, tomo 08, 1980-1981.
- PRADO, E. F. S. Crescimento Econômico, pobreza e distribuição de renda em países subdesenvolvidos. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 01, p. 83-91, mar. 1981.
- ROSETTI, J. P. *Introdução à economia*. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1974.
- ROSSI, J. W. Observações sobre o Cálculo do Índice de Gini (e sua decomposição) com dados individuais de renda. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro : IBGE, ano 48, n. 189/190, jan./dez. 1987.
- SABÓIA, J. L. M. Um novo índice de concentração: aplicação ao estudo da evolução recente da distribuição de renda no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 08, n. 02, p. 63-112, 1978.
- SILVA, A. M. Evolução recente da economia brasileira. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 09, n. 03, p. 07-60, 1979.
- TAVARES, C. M.; FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.